

Relatório Mensal

Período:
20/03 a 20/04



Proposições prioritárias em tramitação no Senado
e no Congresso Nacional



Principais tramitações e propostas apresentadas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEI DA ENGENHARIA

De autoria do Poder Executivo, foi designado como relator do PL 1024/2020 o Deputado Rogério Correia (PT/MG). A proposta, prioritária para o Sistema Confea, altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e tramita na Comissão de Finanças e Tributação.

ACORDO MARCO DO MERCOSUL

A Comissão de Constituição e Justiça recebeu, para deliberação, o PDL 394/2024, que aprova o texto do Acordo Marco do Mercosul de Reconhecimento Recíproco e Outorga de Matrículas para o Exercício Profissional Temporário da Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Geologia e Engenharia, assinado em Montevideu, em 6 de julho de 2022. A proposta tramita em regime de urgência.



POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

De autoria do deputado Deley (PTB/RJ) foi designado relator o Deputado José Rocha (União/BA) na Comissão de Constituição e Justiça. O texto dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para prever requisitos para a concessão ou renovação da licença ambiental.



CONSELHO DE BIOLOGIA

Chegou à Comissão de Saúde o PL 1014/2025, que atualiza a regulamentação das profissões de Biólogo e de Biomédico, bem como do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina. A proposta aguarda designação de relator.

RESERVA DE ÁREAS

A Comissão de Desenvolvimento Urbano deverá deliberar o PL 4074/2021, que dispõe sobre a reserva de áreas para implementação de sistemas produtivos de agricultura urbana ou periurbana no âmbito de programas habitacionais públicos federais ou financiados com recursos públicos federais. O texto será relatado pelo deputado Icaro de Valmir (PL/SE).



MANUTENÇÃO PREDIAL

De autoria do deputado Augusto Coutinho (REP/PE), foi designado como relator o deputado Fernando Monteiro (REPUBLIC-PE) do PL 4611/2023, que estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial, cria o Plano de Manutenção Predial e institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais destinadas à conservação e ou recuperação da capacidade funcional das edificações, e dá outras providências. A proposta tramita na Comissão de Desenvolvimento Urbano.

REGULAMENTAÇÃO PALEONTÓLOGO

Apresentado o parecer pelo relator, deputado Pedro Lupion (PP/PR), ao PL 791/2019, que trata da regulamentação da profissão de paleontólogo. A proposta tramita na Comissão de Constituição e Justiça.





SETOR RODOVIÁRIO

O deputado Leônidas Cristino (PDT/CE) apresentou o Requerimento 19/2025, na Comissão de Viação e Transportes, a fim de realizar audiência pública para debater e discutir o cenário do setor rodoviário nacional, principalmente as obras de arte especiais. O Confea segue entre os convidados elencados.

GEORREFERENCIAMENTO

A deputada Daniela Reinehr (PL/SC) apresentou o PL 1294/2025, que dispõe sobre a prorrogação do prazo para a realização do georreferenciamento de imóveis rurais. A proposta aguarda despacho para as comissões.



POLÍTICA NACIONAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA

De autoria do então deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP), foi devolvido pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça o PL 4309/2021, que institui a Política Nacional de Arborização Urbana e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Arborização Urbana. A proposição aguarda designação de nova relatoria.

AGROECÓLOGO

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou a Redação Final do PL 3710/2019, que regulamenta a profissão de Agroecólogo. O texto segue para apreciação pelo Senado Federal.



Principais tramitações e propostas apresentadas

SENADO FEDERAL



REGULAMENTAÇÃO TECNÓLOGO

Apresentado pelo senador Izalci Lucas (PL/DF), o PL 384/2024, que regulamenta o exercício da profissão de tecnólogo, teve como relatora designada a Senadora Dorinha Seabra, com articulação do Confea. O texto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos.

ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO AOS CONSELHOS

O relator do PL 4926/2023, Senador Paulo Paim (PT/RS), devolveu sem manifestação o referido PL, que visa isentar as pessoas idosas do pagamento de contribuições aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional. A proposta será redistribuída a novo relator na Comissão de Assuntos Sociais.



APAR

Assessoria Parlamentar